

CONTRATO Nº 029/CEGÁS/2017
ORIUNDO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 20170001/CEGÁS
PROCESSO Nº 8583798/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, E A
EMPRESA HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA –
EIRELI, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM
QUE NELE SE DECLARA.

A **COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, situada em Fortaleza - Ceará, na Avenida Washington Soares, nº 55, 11º andar – Bairro Cocó, Cep.: 60.811-341, inscrita no CNPJ sob o Nº 73.759.185/0001-96, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Diretor Administrativo e Financeiro **Fábio Augusto Norcio**, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade de nº 1570685-0 – SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº 757.956.809-82, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e pelo Diretor Presidente **Hugo Santana de Figueirêdo Junior**, brasileiro, casado, engenheiro e professor, portador da Carteira de Identidade de nº 628804-83 SSP/CE, inscrito no CPF/MF sob o nº 074.179.208-70, residente e domiciliado na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, e a empresa **HEDELITA NOGUEIRA VIEIRA – EIRELI**, com sede na cidade de Fortaleza/CE., na Rua Barbara de Alencar, nº 1238, Bairro Aldeota, Fone: (85) 3261.9369 / 3261.9914 / 3261.3668, Cep.: 60.140-025, inscrita no CNPJ sob o nº 07.779.242/0001-74, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por sua Procuradora **Rogéria Nogueira Loiola Monteiro**, brasileira, portadora do RG nº 94002071558 SSP/CE e inscrita no CPF sob o nº 706.860.171-53, residente e domiciliada nesta Capital, na Rua Deputado Moreira da Rocha, nº 827, Bairro Meireles, resolvem firmar o presente Contrato, tendo em vista o resultado da Licitação sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 20170001/CEGÁS e com fundamento nas normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO


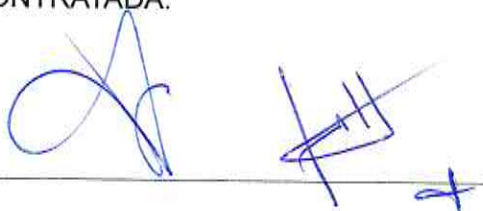
1.1. O presente contrato tem como fundamento a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a Tomada de Preços nº 20170001/CEGÁS e seus anexos, devidamente homologada pelo Sr. Diretor Presidente da CEGÁS, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente contrato a **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E VEICULAÇÃO DE MATERIAL DE PUBLICIDADE LEGAL, TAIS COMO: EDITAIS, LICENÇAS AMBIENTAIS, ATAS, AVISOS, EXTRATOS E CONVÊNIOS OU CONTRATOS E QUALQUER OUTRO TIPO DE DIVULGAÇÃO EXIGIDO POR LEI, DE INTERESSE DA CEGÁS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR:**

a) **6.000 cm/col anual em jornal de grande circulação no Estado do Ceará em caderno especializado em anúncios classificados;**

2.2. Fazem parte do presente contrato, independente de transcrição, todas as condições constantes no Edital de licitação sob a modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 20170001/CEGÁS e seus anexos, bem como a proposta apresentada pela CONTRATADA.



CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados em **12 (doze) meses** contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço, após publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado (DOE), podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

3.2. O prazo de vigência do contrato será **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura, ou quando se exaurir a demanda de centimetragem contratada, devendo ser publicado na forma do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993 como condição de sua eficácia.

3.2.1. O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/1993.

3.3. Os pedidos de prorrogação deverão se fazer acompanhar de um relatório circunstanciado adaptado às novas condições propostas. Esses pedidos serão analisados e julgados pela FISCALIZAÇÃO da CEGÁS.

3.4. Os pedidos de prorrogação de prazos serão dirigidos à Assessoria de Comunicação da CEGÁS, até 60 (sessenta) dias antes da data do término do prazo contratual.

3.4. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CEGÁS, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

4.1. O valor global deste Contrato é de R\$ 328.800,00 (trezentos e oito mil e oitocentos reais) a ser pago com recurso próprio da CEGÁS, conforme dotação orçamentária anexa ao processo.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços são fixos e irredutíveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pelo índice econômico IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), calculado pelo IBGE.

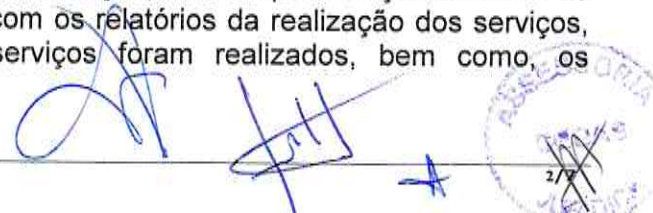
5.1.1. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

5.2. Os preços unitários dos serviços são os constantes da proposta apresentada pela **ANEXO B – CARTA PROPOSTA** da Contratada e deverão ser faturados mensalmente, de acordo com os serviços efetivamente realizados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. A nota fiscal relativa aos serviços executados no período de cada mês civil, deverá ser apresentada a CEGÁS até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à realização dos serviços, para fins de conferência e atestação.

6.2. Após a certificação da nota fiscal/fatura pela CEGÁS, os pagamentos serão efetuados, mediante crédito em conta corrente em nome da contratada, preferencialmente no Banco Bradesco S/A, até o 20º (vigésimo) dia, do mês subsequente a realização dos serviços, com a apresentação da fatura no protocolo da CEGÁS pela CONTRATADA, juntamente com os relatórios da realização dos serviços, devidamente atestada pela CEGÁS, de que os serviços foram realizados, bem como, os documentos solicitados no subitem 6.5.1, abaixo;



6.2.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Tomada de Preços nº 20170001/CEGÁS.

6.4. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo A do Edital Tomada de Preços nº 20170001/CEGÁS.

6.5. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:

6.5.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Fazendas Federal, Estadual e Municipal e Trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso a documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.7. Será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidades com as normas vigentes.

6.8. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.9. Fica assegurado a CEGÁS o direito de deduzir de qualquer documento de cobrança da CONTRATADA, as importâncias correspondentes a multas e/ou débitos a que a mesma porventura tiver dado causa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

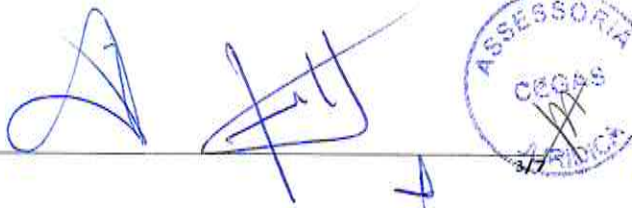
7.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

7.1.1. Unilateralmente, pela CONTRATANTE, quando:

- a) Houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites previstos neste Contrato.

7.1.2. Por acordo entre as partes:

- a) Quando necessária à modificação do modo e/ou do cronograma de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de serviço;



Handwritten signatures and a circular stamp of CEGÁS ASSESSORIA.

c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

7.1.3. As alterações serão procedidas mediante os seguintes instrumentos:

I) APOSTILAMENTO: para as alterações que envolverem as seguintes situações:

a) As atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento aqui previstas;

b) O empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido;

c) Ajustes no cronograma de entrega ou na execução dos serviços, desde que não impactem nos encargos contratados e não afetem a isonomia do processo licitatório, situações estas, previamente, reconhecidas por autoridade competente da CONTRATANTE.

II) TERMO ADITAMENTO: alterações não abrangido pelo apostilamento, que ensejem modificações deste Contrato ou do seu valor.

7.2. Os Termos Aditamentos ou as Apostilas farão parte deste Contrato, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. Constitui responsabilidades da CONTRATADA:

8.1.1. Obriga-se a CONTRATADA a responder por todas as despesas e obrigações relativas a salários, previdência social, seguro contra acidente e outras providências relativas ao objeto contido na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Contrato, respondendo, especificamente, pelo fiel cumprimento dos dispositivos das leis trabalhistas e legislações correlatas, aplicáveis ao pessoal empregado para executar os serviços ora contratados.

8.1.2. Igualmente, obriga-se a CONTRATADA a assumir responsabilidades dos pagamentos de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato e da execução dos serviços previstos.

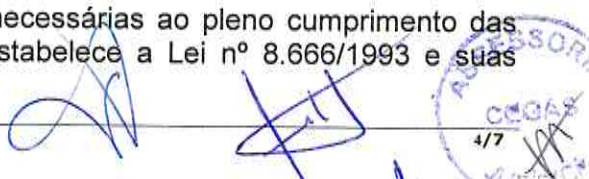
8.1.3. É de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, a integral observância do disposto no título II, Capítulo V, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e na Portaria nº 3.460, de 31.12.77, do Ministério do trabalho, relativos à segurança e higiene do trabalho, bem como a legislação correlata em vigor a ser exigida.

8.1.4. Manter-se durante toda a execução contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2. Constitui responsabilidades da CONTRATANTE:

8.2.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através de correspondência ou instrumento equivalente.

8.2.2. Proporcionar a CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.



8.2.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.

8.2.4. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

8.2.5. Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas condições estabelecidas neste termo;

8.2.6. Fornecer elementos que se fizerem necessários à compreensão da realização dos serviços;

8.2.7. Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, para a execução dos serviços.

8.2.8. Notificar a CONTRATADA, para corrigir possíveis erros, quando encontrados na execução dos serviços.

8.2.9. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, da aplicação de eventual multa.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

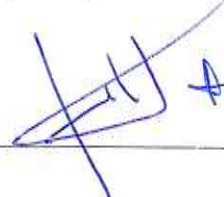
9.1. A CONTRATADA estará obrigada, também, a satisfazer os requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.
- b) Manter-se durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitadas ao estabelecido no § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, tomando-se por base o valor contratual.
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguida pelo efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.
- e) Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- f) Responder, perante as leis vigentes, pelo sigilo dos documentos manuseados, sendo que a CONTRATADA não deverá, mesmo após o término do CONTRATO, sem consentimento prévio por escrito da CONTRATANTE, fazer uso de quaisquer documentos ou informações, a não ser para fins de execução do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A CONTRATADA estará obrigada a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

- a) Prestar os serviços de acordo com o ANEXO A – TERMO DE REFERÊNCIA.
- b) Atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais normas internacionais pertinentes ao objeto contratado.



c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo Assessor de Comunicação, como Gerente do Contrato e a Secretária da Diretoria, como Fiscal do Contrato, especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTORES.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 9.2.1 do edital.

12.2. Para efeito da devolução de que trata o subitem anterior, a garantia prestada pela CONTRATADA, quando em moeda corrente nacional será atualizada monetariamente, através da aplicação da Caderneta de Poupança.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES E MULTAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Advertência.

13.1.2. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual, até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da parcela não cumprida.

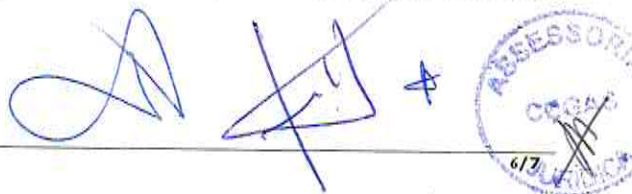
b) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da parcela não cumprida. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada a 1% (um por cento), em caso de reincidência.

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2(dois) anos.

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada como base no subitem anterior.



13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 serão causa para a sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80 do mesmo diploma legal.

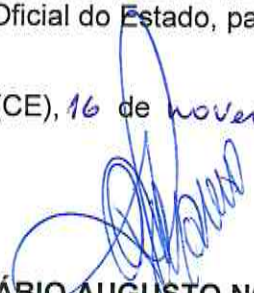
14.2. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo **30 (trinta) dias**, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Fica eleito o foro de Fortaleza-CE., para conhecer das questões relacionadas com o presente contrato que não possam ser resolvidas por meios administrativos.

Assim, convencionadas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, após lido e achado conforme, perante 02 (duas) testemunhas que também o assinam, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza (CE), 16 de novembro de 2017.


FÁBIO AUGUSTO NORCIO
Diretor Administrativo e Financeiro
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


HUGO SANTANA DE FIGUEIRÊDO JUNIOR
Diretor Presidente
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS


ROGÉRIA NOGUEIRA LOIOLA MONTEIRO
Procuradora
Hedelita Nogueira Vieira Eireli

TESTEMUNHAS:

